Gabinete do Secretário de Estado do Turismo

Despacho n.º 1737/2014

No seguimento do parecer do Turismo de Portugal, I. P. (consubienciado na Informação de Serviço INT/2014/291/EMUIT/JC, de 10 de janeiro de 2014), que conclui pela atribuição de utilidade turística prévia ao Hotel Vila Galé Évora, com classificação projetada de 4 estrelas, a instalar em Évora, de que é requerente a sociedade Vila Galé Évora — Investimentos Turísticos e Imobiliários, S. A., decido, tendo presente o quadro legal e regulamentar aplicável (nomeadamente o Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de dezembro) e com os fundamentos invocados na referida informação de serviço:

1 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de dezembro, atribuir a utilidade turística prévia ao Hotel Vila Galé Évora.

2 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de dezembro, fixar a validade da utilidade turística em 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de publicação deste meu despacho no *Diário da República*.

3 — Nos termos do disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de dezembro, sujeitar a utilidade turística ao cumprimento dos seguintes condicionamentos:

- (i) O empreendimento não poderá ser desclassificado;
- (ii) O empreendimento deverá abrir ao público antes do termo do prazo de validade desta utilidade turística prévia;
- (iii) A confirmação da utilidade turística deve ser requerida no prazo de 6 (seis) meses, contado da data da abertura ao público, isto é, da data da emissão do alvará de autorização de utilização para fins turísticos, ou da data de título válido com valor equivalente, e dentro do prazo de validade desta utilidade turística prévia.

22 de janeiro de 2014. — O Secretário de Estado do Turismo, *Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes*.

307563362

Direção Regional da Economia do Centro

Édito n.º 42/2014

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do Artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de julho de 1936, com redação dada pela Portaria n.º 344/89, de 13 de maio, estará patente nas Secretarias das Câmaras Municipais de Sabugal e Penamacor, e na Direção Regional da Economia do Centro, Rua Câmara Pestana n.º 74, 3030-163 Coimbra, todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no “Diário da República”, o projeto apresentado pela EDP Distribuição-Energia, S. A., Direção de Projeto e Construção, Departamento Redes AT/MT, para o estabelecimento de Linha Mista a 60 KV com 5844 m de apoio 71/1 LAT Belmonte — Sabugal a SE de Meimoa; União de freguesias de Santo Estevão e Moita, concelho de Sabugal e freguesias de Vale da Senhora da Póvoa e Meimoa, concelho de Penamacor, a que se refere o Processo n.º 0161/5/7/276.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projeto deverão ser presentes nesta Direção Regional ou nas Secretarias daquelas Câmaras Municipais, dentro do citado prazo.

9 de janeiro de 2014. — A Diretora de Serviços, *Rosa Isabel Brito de Oliveira Garcia*.

307558762

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA

Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.

Despacho n.º 1738/2014**Consolidação da mobilidade interna.**

Em conformidade com o disposto na alínea b), n.º 1 do artigo 37.º e do artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na redação

atual, torna-se público que, por meu despacho de 17 de janeiro de 2014, e obtida a anuência do Diretor Adjunto do Gabinete de Planeamento e Políticas em 4 de junho de 2013, se procedeu à consolidação da mobilidade interna, na categoria, no mapa de pessoal da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., da assistente técnica Anabela de Fátima Cristão Moreira Caldas, ficando a trabalhadora posicionada entre a 1.ª e a 2.ª posições remuneratórias, entre os níveis remuneratórios 5 e 7, com produção de efeitos a 4 de junho de 2013.

20 de janeiro de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Nuno Lacasta*.

207559604

Despacho n.º 1739/2014**Consolidação da mobilidade interna**

Em conformidade com o disposto na alínea b), n.º 1 do artigo 37.º e do artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na redação atual, torna-se público que, por meu despacho de 17 de janeiro de 2014, e obtida a anuência do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional em 9 de agosto de 2013, se procedeu à consolidação da mobilidade interna, na categoria, no mapa de pessoal da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., da técnica superior Ana Maria Fava Silvestre, ficando a trabalhadora posicionada na 5.ª posição remuneratória, nível remuneratório 27, com produção de efeitos a 2 de julho de 2013.

20 de janeiro de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Nuno Lacasta*.

207560016

Despacho n.º 1740/2014**Consolidação da mobilidade interna.**

Em conformidade com o disposto na alínea b), n.º 1 do artigo 37.º e do artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na redação atual, torna-se público que, por meu despacho de 17 de janeiro de 2014, e obtida a anuência do Diretor do Gabinete de Planeamento e Políticas, se procedeu à consolidação da mobilidade interna, na categoria, no mapa de pessoal da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., do Técnico Superior José Alberto Neto Paulino, ficando o trabalhador posicionado na 8.ª posição remuneratória, nível remuneratório 39, com produção de efeitos a 1 de abril de 2013.

20 de janeiro de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Nuno Lacasta*.

207560235

Despacho n.º 1741/2014**Consolidação da mobilidade interna**

Em conformidade com o disposto na alínea b), n.º 1 do artigo 37.º e do artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na redação atual, torna-se público que, por meu despacho de 17 de janeiro de 2014, e obtida a anuência do Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil em 30 de setembro de 2013, se procedeu à consolidação da mobilidade interna, na categoria, no mapa de pessoal da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., do Técnico Superior Carlos José Carrasco Graça, ficando o trabalhador posicionado entre a 2.ª e a 3.ª posições remuneratórias, e entre os níveis remuneratórios 15 e 19, com produção de efeitos a 2 de outubro de 2013.

20 de janeiro de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Nuno Lacasta*.

207560057

Despacho n.º 1742/2014**Consolidação da mobilidade interna**

Em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º e do artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na redação atual, torna-se público que, por meu despacho de 17 de janeiro de 2014, e obtida a anuência do Secretário-Geral do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território em 13 de agosto de 2013, se procedeu à consolidação da mobilidade